



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

### LEI Nº 9.213

De 08 de março de 2018

Autógrafo nº 059/18 - Projeto de Lei nº 064/18

Iniciativa: Prefeitura Municipal de Araraquara

Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara e dá outras providências.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA,**  
Estado de São Paulo, no exercício de suas atribuições legais, e de acordo com o que aprovou a Câmara Municipal, em sessão ordinária de 06 (seis) de março de 2018, promulga a seguinte lei:

### **CAPÍTULO I**

#### **Da Instituição**

**Art. 1º** Esta lei reformula o Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, órgão permanente, deliberativo, propositivo e normativo do Sistema Único de Saúde – SUS no âmbito municipal, de acordo com o previsto na Seção II do Capítulo II do Título VIII da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como nas Leis Federais nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e que tem por atribuição elaborar estratégias e controlar a execução da política de saúde do município, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros.

### **CAPÍTULO II**

#### **Das atribuições do Conselho Municipal de Saúde**

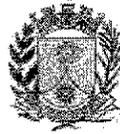
**Art. 2º** O Conselho Municipal de Saúde de Araraquara, consoante o disposto na legislação federal, tem por atribuição:

- I. Implementar a mobilização e articulação contínuas da sociedade, na defesa dos princípios constitucionais que fundamentam o Sistema Único de Saúde - SUS, para o controle social de saúde;
- II. Elaborar o Regimento Interno do Conselho e outras normas de funcionamento;
- III. Discutir, elaborar e aprovar proposta de operacionalização das diretrizes aprovadas pelas Conferências de Saúde;



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- IV. Atuar na formulação e no controle da execução da política municipal de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros e propor estratégias para a sua aplicação aos setores público e privado;
- V. Definir diretrizes para elaboração dos planos de saúde e sobre eles deliberar, conforme as diversas situações epidemiológicas e a capacidade organizacional dos serviços;
- VI. Estabelecer estratégias e procedimentos da gestão do SUS, articulando-se com os demais conselhos temáticos municipais;
- VII. Proceder à fiscalização periódica dos planos de saúde, respeitadas as normas de direito privado aplicáveis;
- VIII. Deliberar sobre os programas de saúde e aprovar sugestões de projetos a serem encaminhados ao Poder Legislativo, pelo Chefe do Executivo, propondo a adoção de critérios definidores de qualidade e resolutividade, atualizando-os em face do processo de incorporação dos avanços científicos e tecnológicos na área da saúde;
- IX. Estabelecer diretrizes e critérios operacionais relativos à localização e ao tipo de unidades prestadoras de serviços de saúde públicos e privados, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, tendo em vista o direito ao acesso universal às ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, em todos os níveis de complexidade dos serviços, sob a diretriz da hierarquização/regionalização da oferta e demanda de serviços, conforme o princípio da equidade;
- X. Avaliar, explicitando os critérios utilizados, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- XI. Avaliar os contratos e convênios municipais na área da saúde, conforme as diretrizes do Planos de Saúde Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais;
- XII. Aprovar a proposta orçamentária anual da saúde, tendo em vista as metas e prioridades estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, observado o princípio do processo de planejamento e orçamentação ascendentes;
- XIII. Propor critérios para programação e execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde e acompanhar a movimentação e destinação dos recursos;
- XIV. Fiscalizar e controlar gastos e deliberar sobre critérios de movimentação de recursos da Saúde, incluindo o Fundo Municipal de Saúde, os próprios e os transferidos do Estado e da União;



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- XV.** Analisar, discutir e aprovar o relatório de gestão, com a prestação de contas e informações financeiras, repassadas em tempo hábil aos conselheiros, acompanhado do devido assessoramento;
- XVI.** Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e dos serviços de saúde e encaminhar as eventuais denúncias aos respectivos órgãos, conforme legislação vigente;
- XVII.** Examinar propostas e denúncias de indícios de irregularidades, responder no seu âmbito a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e aos serviços de saúde, bem como apreciar recursos a respeito de deliberações do Conselho, nas suas respectivas instâncias;
- XVIII.** Estabelecer critérios para a determinação de periodicidade das Conferências de Saúde, propor sua convocação, estruturar a comissão organizadora, submeter o respectivo regimento e programas ao Pleno do Conselho de Saúde, explicitando deveres e papéis dos conselheiros nas pré-conferências de saúde;
- XIX.** Estimular articulação e intercâmbio entre os conselheiros de Saúde e entidades governamentais e privadas, visando à promoção da saúde;
- XX.** Estimular, apoiar e promover estudos e pesquisas sobre assuntos e temas na área de saúde pertinentes ao desenvolvimento do Sistema Único de Saúde – SUS;
- XXI.** Estabelecer ações de informação, educação e comunicação em saúde e divulgar as funções e competências do Conselho de Saúde, seus trabalhos e decisões por todos os meios de comunicação, incluindo informações sobre as agendas, datas e local das reuniões;
- XXII.** Apoiar e promover a educação para controle social, fazendo constar de seu conteúdo programático os fundamentos teóricos da saúde, a situação epidemiológica, a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, a situação real de funcionamento dos serviços do Sistema Único de Saúde - SUS, as atividades e competências do Conselho de Saúde, bem como a Legislação do Sistema Único de Saúde - SUS, suas políticas de saúde, orçamento e financiamento;
- XXIII.** Propor e avaliar a política de recursos humanos do Sistema Único de Saúde –SUS aplicável ao Município;
- XXIV.** Acompanhar a implementação das deliberações constantes do relatório das plenárias dos Conselhos de Saúde;



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**XXV.** Acompanhar e assessorar os Conselhos Gestores das Unidades de Saúde no cumprimento de seus objetivos, conforme dispõe a Lei nº 5.655, de 24 de agosto de 2001.

### CAPÍTULO III

#### Da Composição

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Saúde será composto por 32 (trinta e dois) membros titulares e seus respectivos suplentes, com representação quadripartite de: 50% (cinquenta por cento) de entidades e movimentos representativos de usuários do Sistema Único de Saúde, 25% (vinte e cinco por cento) de entidades representativas de trabalhadores da área de saúde, 12,5% (doze e meio por cento) de representantes dos prestadores de serviços ao SUS e 12,5% (doze e meio por cento) representantes da administração pública, assim distribuídos:

- I. 16 (dezesesseis) representantes dos segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde;
- II. 08 (oito) representantes de entidades e associações de classe dos trabalhadores da área de Saúde;
- III. 04 (quatro) representantes de prestadores de serviços privados conveniados de saúde com ou sem fins lucrativos;
- IV. 04 (quatro) representantes do Poder Executivo, sendo um deles o titular da Secretaria Municipal da Saúde.

**§ 1º** As entidades, associações e os movimentos representados referidos nos incisos I, II e III do "caput" deste artigo serão eleitos em assembleias eleitorais por segmento, especialmente convocadas para esse fim.

**§ 2º** Os representantes do Conselho Municipal de Saúde serão indicados por escrito pelas suas respectivas instituições e movimentos a participar da assembleia eleitoral realizada por segmento, desde que os mesmos comprovem estar legalmente estabelecidos no município e regularmente em dia com a sua documentação registrada e regularizada, tendo comprovado o seu funcionamento pela Prefeitura do Município de Araraquara.

**§ 3º** Os representantes do Poder Executivo serão indicados por ato próprio do Chefe do Executivo.

**§ 4º** Os segmentos organizados de usuários do Sistema Único de Saúde deverão contemplar, dentre outras, as seguintes representações:



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- a) De usuários dos serviços públicos de saúde indicados pelos Conselhos Gestores de Saúde de cada unidade;
- b) De associações de pessoas com patologias;
- c) De associações de pessoas com deficiência;
- d) De movimentos sociais e populares organizados (igualdade racial, mulheres, LGBT e outros segmentos);
- e) De entidades de aposentados e de pensionistas;
- f) De sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- g) De entidades de defesa do consumidor;
- h) De organizações de moradores;
- i) De entidades ambientalistas;
- j) De organizações religiosas;
- k) Do Orçamento Participativo do Município – OP.

§ 5º O segmento de trabalhadores da área de saúde deverá contemplar as representações de associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe dos profissionais da saúde.

§ 6º O segmento de prestadores de serviços deverá contemplar as representações:

- a) Da comunidade acadêmica e científica;
- b) De entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- c) De entidades dos prestadores de serviços de saúde privados conveniados com ou sem fins lucrativos.

§ 7º Os representantes dos usuários não podem ser cônjuges, companheiros ou parentes, consanguíneos ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, de agentes políticos do Município ou de servidores ocupantes de funções de confiança ou de cargo de provimento em comissão no âmbito do Município.



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 4º** A Diretoria Executiva do Conselho Municipal de Saúde será composta por Presidente, Vice-Presidente, Primeiro(a) Secretário(a) e Segundo(a) Secretário(a).

**§ 1º** A presidência, a vice-presidência, a primeira e a segunda secretarias do Conselho Municipal de Saúde serão atribuídas aos conselheiros titulares eleitos pela plenária do Conselho, com mandato de 2 (dois) anos, na primeira reunião após renovação de seus membros.

**§ 2º** O Conselho Municipal de Saúde manterá uma Secretaria Executiva, que atuará como órgão operacional de execução e de implementação de suas decisões sobre o Sistema Único de Saúde do Município, sendo responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde oferecer infraestrutura e apoio técnico para o seu pleno funcionamento.

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Saúde reger-se-á pelas seguintes disposições, no que se refere a seus membros:

- I. Serão indicados pelos seus respectivos segmentos e serão substituídos pelos mesmos, mediante solicitação ao Prefeito através da Secretaria Executiva do Conselho;
- II. Terão o seu mandato extinto, caso falem sem prévia justificção, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 4 (quatro) intercaladas, num período de 12 (doze) meses;
- III. Terão mandato de 4 (quatro) anos, com direito a uma recondução, havendo renovações de seus membros a cada 2 (dois) anos, na proporção de 1/3 (um terço) e 2/3 (dois terços), alternadamente, sendo que, nas renovações, serão substituídos aquelas representações que não foram renovados na eleição anterior.

**Parágrafo único.** O exercício do mandato de membro do Conselho Municipal de Saúde não será remunerado e será considerado de relevante interesse público.

**Art. 6º** Para um melhor desempenho de suas funções, o Conselho Municipal de Saúde poderá recorrer a pessoas e entidades, mediante os seguintes critérios:

- I. Consideram-se colaboradores do Conselho Municipal as instituições formadoras de recursos humanos para a saúde e as entidades representativas de profissionais e usuários de saúde, independentemente de sua condição de membros;
- II. Poderão ser convidadas pessoas ou instituições de notória especialização na área de saúde, para assessorar o Conselho em assuntos específicos;



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- III. Poderão ser criadas comissões internas entre as instituições, entidades e membros do Conselho, para promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos;
- IV. As comissões do Conselho Municipal de Saúde deverão ser paritárias, respeitando-se a composição do mesmo.

### CAPÍTULO IV

#### Do Funcionamento e da Convocação

**Art. 7º** O Conselho Municipal de Saúde funcionará de acordo com o que disciplina o seu Regimento Interno e terá as seguintes normas gerais:

- I. O órgão de deliberação máxima será a Plenária do Conselho;
- II. A plenária do Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou pela maioria simples de seus membros;
- III. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão adotadas mediante o voto da maioria simples dos conselheiros presentes à assembleia, sendo assegurado o direito a um único voto ao conselheiro no exercício da titularidade naquela ocasião;
- IV. As Plenárias do Conselho serão instaladas com a presença da maioria simples dos membros ou, em segunda chamada, após 30 minutos, com no mínimo 1/3 (um terço) dos presentes;
- V. As decisões do Conselho Municipal de Saúde serão consubstanciadas em resolução, moção, recomendação ou comunicação.

### CAPÍTULO V

#### Das Diretrizes Básicas da Atuação

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Saúde observará no exercício de suas atribuições, as seguintes diretrizes básicas e prioritárias de atuação:

- I. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à promoção da saúde, redução do risco de doenças e de outros agravos, e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção, recuperação e reabilitação;



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

- II. Integralidade de serviços de saúde, buscando promoção da saúde em toda a rede municipal, diminuindo as taxas de mortalidade e aumentando a expectativa de vida.

**Art. 9º** O Conselho Municipal de Saúde promoverá, como órgão colegiado deliberativo e representativo, debates estimulando a participação comunitária, visando prioritariamente, a melhoria de serviços de saúde no Município.

### CAPÍTULO VI

#### Da Conferência Municipal de Saúde

**Art. 10.** Fica criada a "Conferência Municipal de Saúde" para a elaboração do "Plano de Municipal de Saúde", que deverá avaliar a política municipal de saúde, propor diretrizes de ação para o Sistema Único de Saúde e reavaliar a lei que institui a composição do Conselho.

**§ 1º** A conferência será realizada no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da publicação de sua convocação.

**§ 2º** A conferência será precedida, necessariamente, de mais de um debate temático sobre a questão da saúde no Município de Araraquara.

**Art. 11.** No prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da Conferência, o "Plano de Municipal de Saúde" será encaminhado pela Conferência estabelecida na presente Lei ao Chefe do Executivo, que submeterá ao crivo do Poder Legislativo na forma de Projeto de Lei.

**Art. 12.** O "Plano de Municipal de Saúde" deverá conter as políticas públicas para a saúde no Município de Araraquara para os anos subsequentes à realização da Conferência, de acordo com as deliberações nela tomadas.

**Art. 13.** A Comissão organizadora da "Conferência Municipal de Saúde" será designada pelo Chefe do Executivo, a partir de indicação do conselho referido nesta lei, em até 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do ato de convocação de cada Conferência.

**Art. 14.** A cada dois anos, a contar da data de entrada em vigor da presente lei, deverá ser realizada a "Conferência Municipal de Saúde", observando-se o disposto nos artigos 10 a 14 desta Lei.

**Art. 15.** As disposições desta lei serão regulamentadas pelo Poder Executivo, no que couber.



## MUNICÍPIO DE ARARAQUARA

**Art. 16.** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 17.** Revogam-se as Leis nº 6.264, de 2 de junho de 2005; nº 6.377, de 9 de fevereiro de 2006; nº 7.407, de 8 de fevereiro de 2011; e nº 8.104, de 17 de dezembro de 2013.

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, aos 08 (oito) dias do mês de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito).

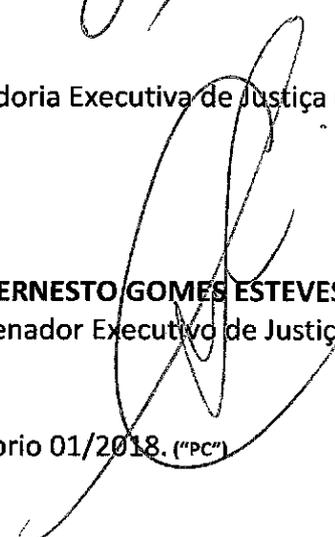


**EDINHO SILVA**  
Prefeito Municipal



**DONIZETE SIMIONI**  
Secretário de Gestão e Finanças

Publicada na Coordenadoria Executiva de Justiça e Cidadania, na data supra.



**ERNESTO GOMES ESTEVES NETO**  
Coordenador Executivo de Justiça e Cidadania

Arquivada em livro próprio 01/2018. ("PC")

.Publicada no Jornal "A Cidade", de Quinta-Feira, 15/março/18 - Ano 113 - nº 063.